



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

Idomar Custodio da Silva Júnior

Políticas públicas penais fomentadas pelos direitos humanos de educação e trabalho: estudo comparativo das políticas penais da Argentina e do Brasil.

Brasília – DF
2019

Idomar Custodio da Silva Júnior

Políticas públicas penais fomentadas pelos Direitos Humanos de educação e trabalho: estudo comparativo das políticas penais da Argentina e do Brasil

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Dr. Franco de Matos

Brasília – DF
2019

IDOMAR CUSTODIO DA SILVA JÚNIOR

**POLÍTICAS PÚBLICAS PENAIIS FOMENTADAS PELOS
DIREITOS HUMANOS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO:
ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS PENAIIS DA
ARGENTINA E DO BRASIL**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do Idomar Custodio da Silva Júnior.

Idomar Custodio da Silva Júnior

Doutor, Franco de Matos
Professor-Orientador

Doutor, Luiz Fernando Macedo Bessa
Professor-Examinador 1

Doutora, Thais Lemos Duarte
Professor-Examinador 2

Brasília, 4 de dezembro de 2019

Dedico essa monografia a todas pessoas que de alguma forma me apoiaram ou acreditaram em minhas capacidades: a todos meus amigos que me viram crescer; a minha família que me sustentou como base em toda minha vida; e à academia que mudou meu jeito de ser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma imensurável aos meus pais, que sempre me motivaram a ser uma pessoa grande, independentemente de qualquer situação. Sou grato também a minha companheira de faculdade, que apesar das divergências, me ajudou na execução do meu trabalho do início ao fim. Por fim, agradeço ao meu orientador e a minha professora de monografia, que de uma forma ou de outra buscaram me ajudar nessa fase final, até garantir meu sucesso.

Os que negam liberdade aos outros não merecem liberdade. (Abraham Lincoln)

RESUMO

Os sistemas prisionais da América Latina são nitidamente exemplos de descaso com os Direitos Humanos. Os cárceres desse continente sofrem com as mais variadas mazelas, as quais são oriundas de uma construção prisional a base do preconceito e negação pelos seus próprios entes públicos. Contudo, com o crescimento e valorização das políticas sociais no final do século XX, consequentemente também houve a valorização de políticas penais, como se sucedeu na Argentina e Brasil por meio do “*Ente de Cooperación Técnica y Financiera*”, Programa de Capacitação Pessoal e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Prisional. Porém, tais políticas públicas foram definidas a atender a educação e qualificação da população carcerária, para que assim, atuem como instrumento de ressocialização social. Desta forma, o presente trabalho buscou analisar o modo que os dois maiores países da América do Sul atuam na educação prisional, tendo como enfoque o mercado de trabalho. Logo, é proposto neste estudo conhecer os principais atores, benefícios, problemáticas ao redor das políticas, com objetivo de identificar a articulação e a atuação de ambos os Estados no ambiente prisional.

Palavras-chave: Políticas Penais; Trabalho; Educação; Brasil; Argentina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1- Oficina de sapatos da ENCOPE | 29 |
| Figura 2 - Trabalho agropecuário para apenados | 29 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Comparação entre horas trabalhadas e horas abonadas por trabalho em porcentagem | 32 |
| Gráfico 2 - Evolução anual de trabalhadores por unidades..... | 34 |

LISTA DE QUADRO

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Tabela resumo dos pontos levantados..... | 47 |
| Quadro 2 - Dados gerais dos sistemas prisionais da Argentina e do Brasil | 47 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

FIC – Formação Inicial e Continuada

FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional

LEP – Lei de Execução Penal

MEC – Ministério da Educação

MJ – Ministério da Justiça

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das nações Unidas

PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implementação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO | 8 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 INTITULAR REFERENCIAL TEÓRICO..... | 12 |
| 1.1 SISTEMA PUNITIVO | 12 |
| 1.2 POPULISMO PENAL | 15 |
| 1.3 DIREITO À EDUCAÇÃO E TRABALHO PRISIONAIS..... | 17 |
| 2 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL | 22 |
| 2.1 METODOLOGIA COMPARATIVA | 24 |
| 3 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO EM ÂMBITO PRISIONAL..... | 26 |
| 3.1 ENCOPE – ENTE DE COOPERACIÓN TÉCNICA Y FINANCIERA DEL SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL | 26 |
| 3.2 OFICINAS DE TRABALHO | 28 |
| 3.3 REMUNERAÇÃO..... | 30 |
| 3.4 AÇÕES E ATORES | 30 |
| 3.5 DISCUSSÃO..... | 32 |
| 4 FOMENTO DE QUALIFICAÇÃO E TRABALHO –PRONATEC E PROCAP.... | 36 |
| 4.1 CURSOS E OFICINAS | 37 |
| 4.2 REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS..... | 39 |
| 4.3 DISCUSSOES E DADOS | 40 |
| 5 COMPARAÇÃO..... | 42 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS..... | 52 |

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sociedade há indícios de mecanismos contra aquelas pessoas que não seguiam o regimento proposto para harmonizar as respectivas sociedades. Um grande exemplo consiste no código de Hamurabi, o qual estabeleceu na região da Mesopotâmia, por volta de 1770 antes de Cristo, restrições e punições para quem fosse contra a lei. Ou seja, a preocupação pelo respeito mútuo e a manutenção de um local estável socialmente não são restritos a modernidade, e sim uma herança que vem se desenvolvendo cada vez mais com a evolução humana.

Ao sair das leis mais arcaicas do período antes de Cristo e seguindo a linha histórica das políticas penais, surge a criação do sistema prisional em si e a relevância dessa temática para seus governadores. Na época medieval se utilizaram as masmorras e/ou diversas punições físicas como forma de punir severamente quem ousasse ir contra as regras do Estados, sendo um presságio do sistema punitivo que perdura até hoje. Somente no século XX que a preocupação da causa e efeito da prisão entra em discussão: surge assim a importância de se entender as causas de um cidadão decidir cometer um crime estando condicionado a perder sua liberdade, além da relevância do tratamento dado a quem infringe as leis. Já no século XXI a evolução das políticas penais progrediu para discussões de vieses sociais, de maneira que o conceito de sistema punitivo perdeu espaço para mecanismos de reabilitação e ressocialização. Contudo, nem todos os Estado tratam de forma igual a problemática de segurança pública, o que proporciona ainda hoje a permanência de sistemas prisionais defasados e com problemas sérios em seu âmbito penal.

Na América do Sul, os exemplos de países que estão atrasados nos seus respectivos instrumentos prisionais são usuais: os direitos humanos ditados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (OEA) não foram respeitados por nenhum país sul americano desde meados de 1960 até o período de 2003, de acordo com artigo de Edmundo Oliveira (2003). Porém, as evoluções dos ideais de melhora do sistema penal ganham força cada dia mais, o que proporcionou mudanças, mesmo que pequenas, nos ambientes institucional ou legislativo penal.

Em razão disso, se gera outra discussão sobre esse ramo de políticas públicas: o populismo penal. Esse conceito consiste no pressuposto de um ciclo vicioso dentre governantes do poder legislativo com a sociedade insatisfeita. Em suma, a sociedade demanda soluções para a segurança pública, e os administradores, como consequência, formulam penalidades que aumentam a repressão aos crimes, porém sem reformas institucionais e/ou de execução das mesmas. Assim, geram maiores problemas, como de superlotação e/ou presídios que, em vez de repreender o apenado, o possibilita cometer outros crimes.

Nos casos da Argentina e do Brasil, tais fatos são comuns, mas em contrapartida, medidas de apoio estão mais presentes do que comparado aos contextos passados. Como dito anteriormente, a relevância quanto ao tema aumentou gradativamente, e a percepção que apenas reformas legislativas bastam como mecanismos de resposta estão caindo ao desuso. A educação, qualificação trabalhista, saúde e geração de bem-estar estão aos poucos ganhando presença nas agendas públicas dos países em desenvolvimento, como no caso dos respectivos Estados da América do Sul.

Assim, o presente trabalho tem como foco maior trazer os instrumentos utilizados de educação e qualificação para os cidadãos em situação de cárcere, ao considerar que seus direitos permanecem mesmo em situação de aprisionamento. Com tal estudo, pretende-se levantar de forma crítica como se deram as políticas penais nos dois maiores países da América do Sul, tendo noção de suas familiaridades nos seus respectivos contextos socioeconômico, cultural e político. Cabe ressaltar que ambos os Estados apresentam situações semelhantes no seu sistema carcerário: superlotação, dificuldades de aceitação social quanto às políticas penais, ideal vingativo como pena, entre outros.

Outro ponto crucial é averiguar se os instrumentos estipulados mundialmente estão sendo seguidos, bem como a disponibilidade de trabalho e educação aos apenados na Argentina e no Brasil.

Por esse e outros motivos, o problema de pesquisa deste trabalho consiste em: de que forma as políticas penais do Brasil e da Argentina garantem os direitos de educação e trabalho em situação de cárcere.

Quanto ao objetivo proposto por esta dissertação, ele se baseia em averiguar o modo de implementação das políticas penais na Argentina e no Brasil ao considerar os direitos humanos básicos para as pessoas em situação de cárcere. Vale ressaltar

o foco nas ações e programas nacionais desenvolvidos para os apenados na temática de trabalho e/ou qualificação via educação.

Quanto aos objetivos específicos, busca-se aprofundar sobre a ação Estatal como promotora de qualificação profissionalizante, e como um agente provedor de ofícios e educação, ao levar em conta as proposições das organizações internacionais.

Analisar tais Estados têm como objetivo maior entender o tratamento dado a sua sociedade, excepcionalmente em situações às quais os cidadãos ficam sob total controle do Estado, e também sob discriminação pelos demais da população. Dessa forma, demonstrar as atuações dos dois maiores países do cone sul tem seu valor dado pela importância destes Estados para a região. Além disso, as semelhanças de seus sistemas prisionais, sejam pelos atrasos quanto ao bem-estar, sejam pelos problemas internos (superlotação, corrupção, infraestrutura precária), trazem a importância de estudar suas políticas públicas penais de forma comparativa. É por meio da comparação que o trabalho tem o intuito de analisar as dificuldades e evoluções dos sistemas prisionais de cada um deles.

Assim, conhecer mais sobre as políticas penais sociais de cunho educativo, de qualificação e bem-estar, se justifica principalmente pela contraposição ao contexto de sistema punitivo usual em cada país. Vale pontuar que o conceito vingativo do populismo penal é contestado cada vez mais, principalmente por não trazer muitos resultados em comparação a outros instrumentos, como demonstrado por Gomes e Gazoto (2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tratará sobre o referencial teórico estipulado para o trabalho de sistemas penais e os instrumentos de trabalho/educação para apenados. Para isto, este capítulo tratará sobre os países escolhidos, Brasil e Argentina, de forma a demonstrar o contexto penal desenvolvido em cada localidade com a ótica de sistemas punitivos, além do populismo penal. Ao fim, como forma de desconstrução dos ideais negativos dentro dos sistemas carcerários, serão abordados também as políticas públicas de cunho educacional, trabalhista e de renda dos respectivos países. Assim, tentará entender os pontos negativos e positivos dentro da situação de cárcere quanto às políticas públicas disponíveis.

1.1 SISTEMA PUNITIVO

A sociedade da forma como conhecemos é o resultado de um longo período de construção, o qual o ser humano criou para si próprio normas de convivência, e assim, foi aprimorando-as de acordo com as necessidades e contextos. Como o movimento iluminista defendia, o homem apresenta um estado da natureza que é propício a cometer barbáries aos demais ao seu redor. Como dizia Hobbes (1651), o homem é lobo do homem, e para que a paz seja mantida perante a sociedade, é necessário o Contrato Social (ROSSEAU, 1762). Ou seja, seguindo o conceito de Rousseau sobre o contrato, compreende-se que o Estado tem seus regimentos e, baseado neles, a população deve interagir. Porém, em caso de desrespeito às normas sociais, principalmente as constituições formuladas pelos governos, há contramedidas que buscam punir ou solucionar o delito cometido. Eis então que surgem os contextos de segurança pública e sistema carcerário.

Como forma de proteção aos seus bens próprios e de garantia de poder, o sistema policial, mais precisamente o prisional, foi sendo formulado aos poucos como mecanismo de repressão. Um exemplo é a França no século XVII, que por causa do viés burguês de justiça de classe, desenvolveu um mecanismo discreto para deter a criminalidade organizada, através do isolamento nas prisões

(FOCAULT, 2014, p.75). Começa assim a generalização de instrumentos semelhantes em outros territórios, graças a facilidade de usar tais mecanismos de forma legal. Logo o sistema punitivo é instaurado e ganha espaço dentro de sociedades desiguais, visto sua potencialidade de afastar as classes pobres das ricas de forma não aparente.

Esse ideal chega fortemente na América Latina como herança colonial, porém com mais problemáticas, uma vez que foi baseado no modelo europeu de forma malfeita (KOERNER, 2001, p.2). Assim, a precariedade do sistema prisional torna ainda pior a sobrevivência daqueles os quais fossem submetidos a ele.

No Brasil, conhecido no século XIX como Casa de Correções, as práticas prisionais deixam amostra o que no modelo europeu tendia a ser um pilar do instrumento: punir de forma não visível. Pode-se detalhar tal acontecimento conforme Koerner (2001):

Enfim, as prisões da sociedade escravista não visavam regenerar pelo menos uma parcela dos detidos: os escravos criminosos. Os excessos na punição, sua publicidade e o seu caráter ritual davam à punição dos escravos um caráter de vingança exemplar e de intimidação. (KOERNER, 2001, p.3)

Torna-se notório então que o objetivo maior do encarceramento, no momento de sua criação, consiste em punir e repreender, independente de questões socioeconômicas. Demonstra também a extrema relação da construção das políticas públicas penais por conceitos liberais: a população menos desfavorecida deve adequar-se ao sistema econômico vigente, independente da intervenção minimizada do Estado, que age como ator regulador daqueles que não aderirem ao sistema (DAMASCENO, 2007, p.77).

Aos poucos, com apoio da sociedade, o sistema penal vai se estruturando de forma a manter o interesse público de uma falsa segurança e dever cumprido com a lei. De forma conceitual, as ponderações de Foucault (2000¹, apud DAUFEMBACK, 2010) quanto a “vontade de verdade” adentram sobre a falácia de segurança via administração pública: os cidadãos por não apresentarem mecanismos próprios de proteção aos seus bens, impõe ao ente maior, que no caso é o Estado, a formulá-los (DAUFEMBACK, 2010, p.69).

¹ Foucault, Michael. A ordem do discurso. São Paulo: Editora Loyola, 2000 (pag. 20).

Contudo, uma das principais problemáticas da falácia de segurança que a sociedade requer é a desproporcionalidade da insegurança com os problemas reais. Por falta de sentimento conjunto da população em razão de valores individualistas, “se amplia a função do Estado que precisa dar conta da demanda incondicional de proteção da sociedade” (DAUFEMBACK, 2010, p.69). Esse contexto se torna pior quando o ideal a ser utilizado é de um sistema punitivo a base de reclusão por aliança do Estado com as classes burguesas.

Na América Latina há uma longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de distorcê-la em favor dos poderosos e da repressão ou contenção dos fracos. Quando um empresário de reputação duvidosa disse na Argentina: “Ser poderoso é ter impunidade[legal]”, expressou um sentimento presumivelmente disseminado de que, primeiro, cumprir voluntariamente a lei é algo que só os idiotas fazem e, segundo, estar sujeito à lei não é ser portador de direitos vigentes, mas sim um sinal seguro de fraqueza social. Isso é em particular verdadeiro, e perigoso, em embates que podem desencadear a violência do Estado ou de agentes privados poderosos, mas um olhar atento pode detectá-lo também na recusa obstinada dos privilegiados a submeter-se a procedimentos administrativos regulares, sem falar da escandalosa impunidade criminal que eles costumam obter. (O’DONNELL, 2000 apud AZEVEDO, 2005)²

Logo, o significado desta impunidade é que as penas eram aplicadas aos indivíduos, seguindo uma modulação cujo princípio era/é a condição social e não o do indivíduo normal da sociedade disciplinar (KOERNER, 2001, p.4). Assim, a herança colonial da administração pública penal na América Latina, consequentemente Brasil e Argentina se incluem, abrangeu na segurança pública uma força vingativa e ilimitada de forma legal.

É nessa conjuntura de pouca política pública de apoio ao apenado, sendo sua maioria de origem pobre, no qual o sistema penal de caráter majoritariamente punitivo é exercido.

² O’DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)Efetividade da Lei na América Latina: Uma Conclusão Parcial. In MÉNDEZ, Juan, O’DONNELL, Guillermo e PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Democracia, Violência e Injustiça** – O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

1.2 POPULISMO PENAL

Neste tópico o conceito a ser tratado consiste no populismo penal: preocupação da administração pública, com enfoque no legislativo, de satisfazer a vontade popular através da criação de leis e/ou regimentos. Assim, por meio deste ideal, será tratado a relação dessa ação pública no contexto atual dos regimes prisionais.

Os sistemas penais brasileiro e argentino, de forma abrangente, formaram-se baseados no sistema adotado pela Europa, o qual sua macrofunção consistia em afastar e punir aqueles que de alguma forma não conseguiam se manter socioeconomicamente.

Contudo, assim como todo mecanismo governamental, mudanças são feitas ao longo do tempo para acompanhar as problemáticas que surgem, se ampliam, ou se reduzem. Além disso, como dito por Neto et al. (2015), os estudos de políticas públicas se caracterizam como uma das áreas das ciências sociais com maior crescimento nas últimas décadas”. Tal trecho demonstra um crescimento no século XX das áreas de pesquisa social, dando valor principalmente aos direitos humanos no contexto de políticas públicas, que além de desenvolvimento social, também, produzem informações públicas relevantes (NETO et al. 2015, p.849).

No caso das políticas penais não foi divergente, mesmo sendo mais brando que a priorização de políticas de saúde e educação, por exemplo. No período dos anos 90 a maioria dos países da América do Sul passavam por momentos de redemocratização, o qual a sociedade clamava por mais apoio. Porém, a reforma prisional e/ou penal não era bem vista no campo político, principalmente pelas péssimas condições na qual se encontravam.

Então surge um movimento o qual o conceito de populismo penal representa: fazer mudanças de forma teórica no campo legislativo, tendo pouca participação na execução em si. A preocupação maior do Estado, tanto pela sociedade civil como governo, não era de atender a população de apenados. Como cita Roger Matthews (2011), o encarceramento é visto como tópico fora da política, pela dificuldade de apoio público para suas melhorias e reformas prisionais.

O trecho abaixo, de autoria do Azevedo (2004), resume bem o conceito.

Novos delitos são criados, novas áreas de criminalização aparecem, novos procedimentos são propostos, tudo na tentativa de recuperar a legitimidade perdida e um mínimo de eficácia frente a uma realidade social que cada vez mais foge ao controle dos mecanismos institucionais de controle penal. (AZEVEDO, 2004, p.40)

Como resultado direto, ocorrem duas desvantagens em detrimento de um processo judiciário mais acelerado: encarceramento em massa e inchaço legislativo. Um grande exemplo consiste tanto no Brasil quanto a Argentina. Apresenta-se mais de 1600 tipos penais na constituição brasileira passíveis de prisão, enquanto na Argentina o código penal regente de 1921, já sofreu mais de dez reformas parciais até os anos 2000. Atualmente, o Senado argentino discute um novo código penal com o mesmo objetivo, reformulação de penas (MOLINA, 2017, não paginado).

Dessa maneira surge um ciclo vicioso na sociedade, e de acordo com Zaffaroni (2009), cria-se uma paranoia social por segurança pública, a ponto de instigar um sentimento vingativo sem proporção com o contexto socioeconômico. Assim, prende-se cada vez mais indivíduos sem de fato ter tido um julgamento concreto (prisão preventiva), e independente do grau de violência ou periculosidade do delito, com intenção de fazê-lo “pagar” pelos seus erros.

A questão chave do populismo não se baseia somente na valorização do direito penal, e sim da escassez de políticas públicas ou preventivas ao crime, como afirma Flávio Gomes (2016). Um bom exemplo de política preventiva consiste na Coréia do Sul e seu investimento forte na educação.

“Por que os parlamentares de hoje pensam da mesma forma que os parlamentares das décadas de 40,50 (ou mesmo do império)?” (GOMES; GAZOTO 2016, p.26). A indagação de Gomes e Gazoto adentra mais sobre a falência da metodologia empregada no Brasil e Argentina: uso do medo e da repressão como forma de reabilitação. A escassez de instrumentos, principalmente de políticas públicas com a finalidade de reduzir o acesso a criminalidade em contraposição de um excesso legislativo penal, o qual pouco executa, proporciona o contexto prisional ineficaz atual.

Como dito por Zaffaroni (2009), a falta de atitudes do estado como prevenção foi quebrado juntamente com o ideal de “*welfare state*” (Estado do bem estar) pelo liberalismo econômico, já que a importância do bem-estar social foi reduzida para as classes sociais altas. Logo, o sistema penal carece de mecanismos e estudos contra

a reincidência criminal, sem contar com a própria criminalização das classes mais baixas, mas apresenta todo amparo legal quando se trata de encarcerar.

Assim os Estados, argentino e brasileiro, na busca pela recuperação das suas legalidades e apoio político, formulam o mínimo necessário para a estruturação do sistema penal. Desta forma, ao longo do tempo não foram realizadas reformas prisionais propriamente ditas, e sim instrumentos de reformas penais. Tal fato se justifica pelo foco maior ao cunho normativo/legislativo, enquanto as próprias administrações prisionais e seus respectivos sistemas carcerários mantiveram-se no mesmo padrão (isolamento como punição sem medidas próprias de ressocialização). Um grande exemplo sobre isso consiste nas formulações criminais que surgiram ao final do século XX para o início do século XXI: como as disposições penais no setor financeiro - sonegação de imposto (Brasil e Argentina); no âmbito do controle penal do tráfico de entorpecentes (Brasil e Argentina) (AZEVEDO, 2004, p.42), em detrimento de medidas em respeito aos direitos humanos, uma vez que o marco principal estabelecido ao sistema prisional foi o aumento orçamentário para sua ampliação.

Logo, atualmente é recorrente nos deparar com superlotação nas carcerárias, as quais não apresentam muitas pretensões de novos mecanismos para reduzir esse quadro. Tal fato ocorre por ainda se basearem em meios pobres de ressocialização além de mecanismo preventivos ao crime, principalmente para jovens.

1.3 DIREITO À EDUCAÇÃO E TRABALHO PRISIONAIS

Este tópico é o responsável por apresentar o marco teórico do trabalho prisional e educação técnica. Neste sentido, serão trazidos alguns pontos cruciais quanto a liberdade do apenado de trabalhar com apoio do Estado, além da possibilidade de ele realizar qualificação via educação. Assim serão difundidos marcos teóricos dos principais organismos internacionais, discussões quanto ao tema, além do próprio arcabouço jurídico da Argentina e do Brasil.

Os direitos humanos, protegidos e regidos pela ONU, servem como o principal mecanismo de defesa do bem-estar social de forma global. É baseado em

suas normas que muitos Estados atendem sua própria população. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos consiste num grande mecanismo de defesa a sociedade menos favorecidas, uma vez que formulam um mecanismo secundário a ser utilizado caso não tenha um Estado a seu favor. Pode-se exemplificar pelos contextos de imigrantes ou pessoas apátridas.

De forma sucinta, a ONU tem como marco direcional o seguinte trecho:

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. (ONU, 20--, não paginado)

Assim, independente de contexto, ou seja, até em situação de privação de liberdade nós temos direito de uma vida com o mínimo de conforto e/ou dignidade, sendo a educação um dos pilares defendidos. Uma vez que é por meio de conhecimento que o anseio por uma sociedade mais justa pode ser desenvolvido.

Contudo, dentro do contexto prisional foi necessário estabelecer um tratado com a finalidade de reforçar tais direitos aos apenados: Regras Mínimas para Tratamento de Presos, criado em 1955 e atualizado pela última vez em 2015. Tal atualização se deu após a percepção do tamanho da problemática: mais de 10 milhões de pessoas encarceradas no mundo em situações de maioria degradantes (RAMOS, 2017³ apud BASTOS; REBOUÇAS, 2018, p.147).

As Regras de Mandela - assim chamadas com respeito ao ex-presidente Sul-Africano - foram formuladas com status de “*soft law*”⁴, que significa não apresentar força vinculante a ONU, porém apresenta grande relevância quanto ao compromisso com os Direitos Humanos. Este documento apresenta duas partes, as quais a primeira traz de forma generalizante os mecanismos prisionais, e a segunda as formulações para casos especiais, por exemplo, presos com deficiência.

Dentre suas diversas temáticas apresentadas - como saúde, liberdade de expressão, direitos eleitorais, etc. - uma das mais relevantes consiste nas normas estipuladas para educação. Desta maneira, há a possibilidade do surgimento de novas trajetórias educativas proveitosas capazes de permitir a reinserção e/ou projetos de vida, assim como dito por Scarfó, Pérez e Monsterrat (2013)

A regra específica para educação consiste nos números 104 e 105, e nelas ficam acordado:

³ RAMOS, A. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

Regra 104 - 1. Instrumentos devem ser criados para promover a educação de todos os presos que possam se beneficiar disso, incluindo instrução religiosa, em países onde isso é possível. A educação de analfabetos e jovens presos deve ser compulsória, e a administração prisional deve destinar atenção especial a isso. 2. Na medida do possível, a educação dos presos deve ser integrada ao sistema educacional do país, para que após sua liberação eles possam continuar seus estudos sem maiores dificuldades.

Regra 105- Todas as unidades prisionais devem oferecer atividades recreativas e culturais em benefício da saúde física e mental dos presos. (CNJ, 2016, p.41)

Além destas especificidades há outras formulações que defendem a educação, porém de forma indireta, como no segundo tópico da regra 4, que direciona o tratamento a ser utilizado nos presídios.

Fica perceptível como a criação da temática prisional foi de certa maneira tardia, por ter sido criada aproximadamente em 1955, o que talvez revele o fato de seus valores se manterem úteis nos contextos atuais. Como dito por Julião (2011), a prisão é uma perda do direito de mobilidade, não dos direitos de dignidade, respeito e educação. Logo, cabe ao Estado defender para que seus cidadãos sejam respeitados de acordo com o que lhe é devido.

Desta maneira, uma das formas mais utilizadas dentre as políticas públicas de cunho educacional se baseiam em qualificação profissional. Por esse e outros motivos, o trabalho torna-se também um dos pontos prescritos nas regras mínimas de tratamento prisional.

Quanto ao direito trabalhista, o principal ator internacional também consiste na própria Organização das Nações Unidas. Como consequência disto, sua defesa ao trabalho intramuros ou para egressos possui valor inestimável para o tema. Em seu documento principal, Regras de Mandela, foram formulados deveres mínimos para a proposição de trabalho para o apenado.

São previstas pelas regras de Mandela 07 formulações específicas para apoio ao trabalho, sendo elas as de número 96 ao 103. Contudo, a 98 e a 99 são as que preveem de forma direta o uso de qualificação profissional como mecanismo de trabalho com apenados.

Além das Organização das Nações Unidas, o continente Americano apresenta sua própria instituição com propósito de apoio aos direitos humanos, e consequentemente engloba o direito educacional/trabalhista de pessoas em cárcere. A Organização dos Estados Americanos - OEA com todos seus direitos

⁴ Lei branda

estabelecidos em 1948 pela Carta da OEA, formulou o que hoje é chamada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Tal comissão é uma entidade importante pois apresenta como função o controle dos cumprimentos gerais dos direitos humanos, publicação de sugestões de políticas, além da possibilidade de julgar por meio da Corte Interamericana casos de desrespeito à dignidade humana e/ou o tratado, conforme mostra a página de apresentação eletrônica da instituição.

Em contrapartida, a instituição Organização Internacional do Trabalho, OIT, que regulariza o trabalho como forma complementar aos serviços prestados pela ONU, não apresenta tanta participação. Tal organização prevê regulamentos que são utilizados para o ambiente carcerário, contudo, da mesma forma que é previsto para o mercado de trabalho normal. Assim, não há especificidade para o ambiente penal. Um exemplo de normativa o qual adentra ao contexto explicitado é a convenção nº 29.

Fica definido por meio desta disposição que é ilegal realizar trabalhos por meio de pessoas em cumprimento de sanções como forma de mão de obra barata ou escrava como prerrogativa de serviço forçado (OIT,199-, não paginado).

De forma nacional, tanto Brasil como Argentina delegaram leis que serviram como base para programas de educação prisional: no âmbito argentino há a “Ley nacional de Educación⁵”-26.206 de 2006 (SCARFÓ, et. al.,2013, p.417); no contexto brasileiro há a Lei de Execução Penal-7.210/1984 (BRASIL, 2015?, não paginado)

Trazendo para o contexto brasileiro, a educação prisional é embasada por meio da Lei de Execução Penal/LEP de 1984, além do código Penal. É por meio destes regimentos que políticas educacionais obtém seu embasamento jurídico. Para ser mais preciso, a assistência educacional é prevista no Art. 11 e do 17 ao 20.

Quanto à jurisdição trabalhista, a LEP define que como direito (art. 41), como dever (art. 39), além da obrigatoriedade da função educativa ou qualificativa (PRADO, 2017, não paginado).

Já dentro do Estado argentino, a jurisprudência das políticas públicas penais consiste na Lei nº 26.206, e mais precisamente no Capítulo XII, o qual fica instaurado por meio dos artigos 55º ao 59º o regimento para educação e qualificação aos presos.

⁵ Lei Nacional de Educação

É perceptível como embasamento teórico e legislativo está amplamente formulado para o tema, seja de organizações globais a nacionais. Contudo, o crucial destas análises é a prática realizada a partir destas dimensões. É por meio destas obrigações que políticas como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (PROCAP), e “Ente de Cooperación Técnica y Financiera del Servicio Penitenciario Federal⁶” (ENCOPE) surgiram e atuam, contudo necessita-se do entendimento de seus programas e ações, ainda mais ao ter noção da precariedade de estudos sobre o tema.

Tanto a educação/qualificação quanto o próprio ofício em si apresentam grande poder de ressocialização, além de manter o preso em situação mais digna de sobrevivência. Próprio Foucault (1996⁷ apud PIRES et al., 2010) defende em sua obra que o mecanismo de aprendizado consiste em um ótimo instrumento contra a reincidência criminal. Contudo, a atuação do Estado, via administração pública, em relação a sociedade civil ainda não apresenta foco perante a educação a população intramuros. A ótica de que o Estado necessita ser firme ao punir e manter a ordem está totalmente estabelecida, mas assim como apontado por Fischer⁸ (1989, APUD PIRES, PALASSI, p. 2), também se deve focar a realidade de escassez de políticas pública e a obscuridade do sistema.

⁶ Ente de Cooperación Técnica e Financeiro do Serviço Penitenciário Federal.

⁷ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁸ Fischer, R. M. **Poder e Cultura em Organizações Penitenciárias**. 1989. 216 f. Tese de Livre-Docência – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade de São Paulo.

2 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Marconi e Lakatos (2003) propuseram que a metodologia nada mais é que teorias de investigação com foco em garantir os objetivos de forma científica. Assim, ao final garantem resultados por mecanismos traçados de forma segura e verdadeira. Neste capítulo será posto à definição acima, a qual será descrito os mecanismos de estudo, pesquisa e análise utilizados para políticas penais de educação. Em contrapartida, há a priorização do mecanismo de comparação, uma vez que é o cerne da atual pesquisa.

2.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA COMPARATIVA

Este trabalho tem como objeto de estudo definir convergências e divergências nas políticas públicas de cunho educativo/qualificativa para apenados. É importante ter noção que os países escolhidos - Brasil e Argentina- apresentam contextos históricos e sistemáticos similares entre seus Estados.

Assim a pesquisa, a fim de demonstrar a análise comparativa, utilizou como base dados bibliográficos retirados de documentos públicos do sistema de justiça, educação e trabalho de ambas nacionalidades. Logo, por trazer características e situações dos sistemas carcerários, das políticas de educação – “*Ente de Cooperación Técnica y Financiera del Servicio Penitenciario Federal*” (ENCOPE), Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (PROCAP), Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). a metodologia se qualifica como descritiva. Além disso, tal caráter também se justifica pelo objetivo de expor como o conceito de Direito Humano de educação em carcerárias, imposto de forma internacional, é lido em cada contexto.

Como já dito brevemente, a base maior de informação é dada por caráter secundário, uma vez que advêm de pesquisas bibliográfica e documental. Logo, foram utilizados de forma geral leis de ambos países, por exemplo, a “*Ley Nacional*

de Educación”- 26.206, que abrange educação em todo contexto na Argentina e Lei de Execução Penal (LEP) do contexto brasileiro.

Primeiramente foram realizadas análises em cima dos direitos humanos garantidos de forma internacional. No caso, é fortemente utilizado as regras de Mandela, o qual aborda de forma mínima as necessidades básicas para a sobrevivência em caso de aprisionamento. Para isto, vale ressaltar o uso do sítio eletrônico das Nações Unidas, além de outros conteúdos disponibilizados de forma transparente.

Após isto, são analisados os portais dos Ministérios da Segurança argentino e Sistema Prisional Federal, os quais apresentam grande acervo informativo quanto ao seu sistema prisional, de forma que possibilita a análise e contextualização abrangente. O mesmo ocorre quanto ao sistema penal brasileiro, o qual são utilizados os portais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), entre outros sites de cunho jornalístico. Esta parte se caracteriza em buscar compreender melhor a situação do sistema prisional.

Assim, com a análise do sistema penal mais abrangente já estabelecida com os respectivos órgãos citados anteriormente, é possível realizar a análise de políticas públicas penais de cunho educativo/trabalhista. A partir deste ponto, os programas ENCOPE e PROCAP/ PRONATEC se tornam o objeto de estudo principal.

É por meio destes então que o objetivo principal deste trabalho é visado: detalhar como os dois maiores países do Cone Sul utilizam dos direitos humanos, com enfoque na educação, para sanar o sistema deficitário das unidades prisionais.

A partir de então a avaliação das políticas educativas são realizadas de forma mais abrangente, uma vez que o foco consiste em detalhar os seguintes aspectos: funcionamento, resultados, atores e discussões além do próprio contexto. Para isto, dados das próprias instituições - ENCOPE, PROCAP/PRONATEC- servirão como a principal fonte, porém não são descartados outros conteúdos advindos de: órgãos públicos como Ministério da Educação (MEC) e/ou da Justiça, DEPEN e ou Sistema Penitenciário Federal Argentino (SPFA), textos jornalísticos etc.

Por fim, assim, como dito por Goldenberg (2004), pesquisa qualitativa consiste em descrever detalhadamente de forma sucinta o objeto de estudo para melhor compreensão, que no caso consiste nas políticas públicas educativas em

contexto de cárcere. Para isso, a análise documental foi realizada com base nas leis, decretos e textos jornalísticos a fim de melhor compreensão da atual situação carcerária de ambos países. Enquanto na análise bibliográfica, foram os demais textos e artigos científicos ou acadêmicos - dissertações, artigo, teses - que propuseram teor mais crítico sobre o conceito de políticas penais.

Percebe-se então que a temática situacional é embasada em textos, documentos informativos de cunho secundário e com base documental o qual propõe melhor entendimento dos sistemas. Enquanto a temática de política penal educativa perpassa para análise bibliográfica, primária e secundária, com enfoque em demonstrar a atuação de políticas públicas baseadas em direitos instituídos de forma internacional, levando em conta as dificuldades presentes em cada contexto.

2.2 METODOLOGIA COMPARATIVA

O maior foco deste trabalho consiste em trazer duas circunstâncias de políticas penais de cunho educacional, o ENCOPE, O PRONATEC e o PROCAP, e demonstrar como cada um foi desenvolvido perante seus contextos similares de um sistema prisional em ruínas. Tais políticas públicas advêm pela escolha de estudar os dois maiores países do Cone Sul, os quais apresentaram semelhanças dentre as funções de suas respectivas políticas, além maiores dados para estudo. Para isso, o método principal foi a análise comparativa com intuito de identificar padrões entre os objetos em si, e entre o conceito e a prática.

Assim, o ideal utilizado para a pesquisa foi a de sistemas similares, conforme diz Przworski (1970): partir das diferenças conhecidas dentre os sistemas e identificar o impacto dentre o fenômeno (política penal). Logo, parte do pressuposto que dentre diversas igualdades no sistema prisional de ambos os países, houve diferenças as quais prevaleceram e possibilitaram políticas penais educacionais divergentes em cada país e seus respectivos resultados.

Além disso, Friedrich Tenbruck (1992⁹ apud WELLER, 2017) amplia o conceito da metodologia comparativa ao afirmar que a importância da técnica não basta na diferenciação dos objetos, mas também o olhar crítico sobre o exercício.

⁹ TENBRUCK, F. Was war der Kulturvergleich, ehe es den Kulturvergleich

Tendo essa afirmação como base, a metodologia foi utilizada para estudar o sistema prisional e suas respectivas políticas educacionais na prisão (PROCAP, PRONATEC e ENCOPE) com intuito de verificar se algum país estudado buscou melhorar suas práticas em seus sistemas prisionais. Logo, a lente crítica se baseia em analisar se o sistema punitivo expresso anteriormente está sendo realmente desconstruído via políticas educacionais e trabalhistas de reinserção.

A partir da criação do conceito teórico comparativo, e por meio da realização das análises bibliográfica e documental, buscou-se os pontos principais de cada política interpretados nos documentos levantados. Assim, fica mais fácil de visualizar as semelhanças e divergências presentes em cada política e contexto nacional. Como resultado, foram levantados tais pontos: benefícios propostos, marco legal, contexto histórico, atores relevantes, problemáticas, entre outros.

Com os fatores a serem estudados, coube então analisar cada um de forma descritiva, para relatar os conceitos ao redor dos respectivos assuntos. Inicialmente, cada qual foi descrito de forma separada, para que ao fim, cada tópico seja unido e contrastado utilizando os conceitos de sistema punitivo, populismo penal e os direitos de educação/ trabalho prisionais. Assim, fica possível entender as evoluções e pioras das políticas ENCOPE, PRONATEC e PROCAP com cunho crítico embasado nos conceitos do referencial teórico.

3 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO EM ÂMBITO PRISIONAL NA ARGENTINA

A partir deste tópico o foco consistirá nas políticas públicas de qualificação dentro dos sistemas prisionais, tendo em consideração que ambos são países de grande relevância dentro da América do Sul. Respectivamente, neste capítulo será estudado a política argentina, e no próximo o brasileiro. Assim, serão descritos e analisados seus contextos prisionais, história e forma de atuação na reabilitação, por meio de respectivas políticas públicas.

3.1 ENCOPE – ENTE DE COOPERACIÓN TÉCNICA Y FINANCIERA DEL SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL

A Argentina historicamente apresenta experiências com trabalho para apenados, a fim de garantir benefícios tanto para o Estado como ao indivíduo preso. Pode-se citar, por exemplo, duas ocasiões especiais: Penitenciária Nacional de Buenos Aires de 1877 e no cárcere de Ushuaia no período de 1910 (ARGENTINA, 201-, não paginado). De acordo com o sítio eletrônico da ENCOPE, em ambas as situações, a população carcerária era obrigada a trabalhar de forma a sustentar os regimes. Logo, não obrigatoriamente apresentavam caráter de reabilitação e de preocupação ao destino do preso, e sim de garantir recursos ao sistema.

Criado em 1994 o “*Ente de Cooperación Técnica y Financiera del Servicio Peninteciaro Federal*”, ENCOPE, surgiu como um avanço dentro do sistema prisional argentino. Basicamente o Estado argentino formulou uma empresa público-privada com foco em reabilitação, qualificação e contato do apenado com o mercado trabalhista, quebrando com a visão lucrativa de mão de obra barata predominante nas demais ocasiões.

Assim, esta organização tem como missão “brindar oportunidades, com capacitações que permitam aos trabalhadores projetar uma vida comprometida com a sociedade” (ARGENTINA, 201-, não paginado). Logo, percebe-se a importância do organismo público neste quadro, dado o fato de os principais objetivos da sua ação serem o de fazer com que o apenado não retorne a cometer

delitos, além de retornar de alguma forma valor a sociedade civil, administração, entre outros.

Aos poucos o sistema punitivo é percebido como um mecanismo retrógrado, e que o trabalho não deve servir como pena. Como diz Koerner (2001), a desqualificação do trabalho em cárcere não torna a regeneração do indivíduo, mas sim parte da punição.

Além da criação do ente argentino, gerou-se também uma nova lei própria para a execução do novo mecanismo penal: a lei nº 24.372. Essa normativa foi necessária, uma vez que as demais leis que já regiam sobre o trabalho nos presídios não permitiam o tipo de serviço proposto pelo ENCOPE, sendo este o de trabalho laboral (PORTA, 20--, p. 64). Logo, demonstra um exemplo que foge do conceito de populismo penal, tendo em vista que além de criar arcabouço jurídico, também há a execução dos serviços propostos sobre o interesse social quanto a segurança pública prisional.

Assim, o ENCOPE surge como intermediador empregatício para público prisional, já que os mesmos são impossibilitados de assumirem funções no Estado. Isso impede pessoas que cometeram delitos (doloso; contra a administração pública; em processo penal) assumam cargos públicos.

Logo, o ente é responsabilizado de trazer participações privadas, passíveis de remuneração, para qualificarem e dependendo empregarem os apenados. Outra possibilidade é a atuação própria do Estado, contudo, neste caso não é possível a remuneração, pois é permitido somente a qualificação profissional com finalidade educativa. O ENCOPE então surge como a organização pública específica para buscar a ligação do apenado com o mercado de trabalho, qualificando-o e se possível garantindo empregos durante e depois do cumprimento das penas. Dessa forma, nota-se que essa é uma maneira escolhida pelo Estado argentino de descentralizar a função obrigatória do Estado de prover educação e trabalho em ambiente carcerário. De uma forma ou de outra, foi uma maneira escolhida para atender as regras instaurada pela Nações Unidas. Um exemplo disso consiste na regra 71: será proporcionado aos reclusos trabalho produtivo suficiente para se ocuparem durante uma jornada normal de trabalho (PORTA, 20--, p.58).

3.2 OFICINAS DE TRABALHO

O Ente argentino, como já dito anteriormente, tem como marco finalístico proporcionar cursos qualificativos e experiência de trabalho, no contexto carcerário. Assim, seu cargo chefe é formular oficinas preparatórias aos apenados, que posteriormente podem se juntar a uma linha de montagem de produtos, possibilitando renda ou benefícios no cumprimento das penas.

Logo, verifica-se que essa é uma forma que o Estado argentino propõe de quebrar o conjunto polícia-prisão-delinquência, que se torna um ciclo vicioso em caso de não interrupção (FOUCAULT¹⁰, p. 234, 1999 apud BENELLI, 2014). Assim, é perceptível que essa é uma atitude tomada a fim de evitar a reincidência criminal além de possibilidades de trabalho após libertação.

Os principais serviços disponibilizados aos detentos consistem em: Capacitações variadas (mecânica, elétrica, reciclagem); e produções diversas (calçados, móveis, alimentos, brinquedo, agropecuária, entre outros).

Quanto às participações privadas, o ENCOPE atua somente como organização intermediadora e fiscalizadora. Ou seja, qualquer participação externa que queria de alguma forma utilizar os apenados como forma de mão-de-obra e qualificá-los, necessita passar pela organização argentina como uma das etapas de liberação do seu serviço.

Desta forma, cada oficina não necessariamente é estatal, podendo ser também de origem externa à administração pública. Porém, cabe a cada presídio formular ambientes propícios ao trabalho e educação de seus prisioneiros. Logo, o ENCOPE, como uma organização cooperativa financeira e técnica, cabe a responsabilidade maior de prover os trâmites e empresas passíveis de aderirem, e não a estrutura física em si.

¹⁰ FOUCAULT, Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999

Figura 1- Oficina de sapatos da ENCOPE



Fonte: Site do ENCOPE⁶

Figura 2 - Trabalho agropecuário para apenados



Fonte: Site do ENCOPE¹¹

As imagens acima exemplificam dois ambientes de trabalho prisional, o qual demonstram a capacidade estrutural dada para os apenados trabalharem nas respectivas oficinas de laticínios e de sapataria.

¹¹ ENTE DE COOPERACION TÉCNICA Y FINANCIERA. **Galería de fotos y vídeos: talleres.** Disponível em: <<http://www.encope.gob.ar/talleres/>>. Acesso em 29 de ago. de 2019.

3.3 REMUNERAÇÃO

A remuneração, como dito anteriormente, não é obrigatória a ser dada aos apenados, uma vez que estão em situação de cárcere. Após reclamações referentes ao tema, e baseados em tratados como o firmado pela ONU, em 2010 foi formulado um regimento do ENCOPE o qual ficou instaurado um valor mínimo a ser disposto como salário pelo trabalho realizado (ARGENTINA, 2017, P. 18).

Contudo, a remuneração ainda não é dada diretamente às pessoas privadas de liberdade. A renda será distribuída seguindo porcentagens impostas pelo ente argentino: 10% para gastos do delito cometido, 35% para gastos alimentícios, 25% gastos do estabelecimento (oficina e carcerária) (ARGENTINA, 2017, p.19). Ao final, o dinheiro restante do presidiário é guardado e liberado a ele após sua liberação do cárcere além do abono familiar. Assim, de acordo com o “*Procuración Penitenciaria de la Nación*”¹² (2017) são descontados esses montantes a partir da hora trabalhada pela pessoa, sendo este valor o produto com 34,05 pesos argentinos.

Tal distribuição não foi agradável a todos os envolvidos, principalmente aos próprios apenados que viam tal divisão como uma maneira do sistema prisional de desvalorizar seus ofícios. A partir do clamor dos atores gremiais e instituições a favor dos direitos humanos, em 2011, o sistema judiciário argentino considerou inconstitucional tais descontos.

A partir de então, o salário da massa carcerária passaria a apresentar descontos de 3% quanto a contribuição para a pensão (familiar ou a entregue ao final da pena), e 11% para o “*Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados*”¹³, que é um instituto assistencialista para tal sociedade.

3.4 AÇÕES E ATORES

O ENCOPE surgiu como um avanço para o sistema penal argentino, uma vez que se notou a importância de políticas públicas para este setor, que culturalmente não recebe apoio graças a predominância do sistema punitivo em vigor. Um grande

¹² Procuradoria Penitenciaria da Nação

¹³ Instituto Nacional de Servicios Sociales para Aposentados e Pensionados.

exemplo consiste nos diversos atores que ganharam participação dentro do contexto prisional: sindicatos e apenados; administração pública; e empresas contratantes.

Para começar, o ente governamental argentino surgiu como maneira de facilitar trabalhos do Ministério da Justiça, SPF além das administrações prisionais. Logo, ele entrou como um novo ator e “*stakeholder*¹⁴” do contexto penal. Sua maior função surgiu como facilitador de comunicação dentre os demais atores: Empresas privadas e/ou públicas, administração penitenciária, Governo Federal (Ministérios da Justiça e Direitos Humanos, Ministério da Educação além das próprias províncias). Assim, pode-se afirmar que o ente foi criado no intuito de auxiliar os atores tanto governamentais quanto os próprios beneficiários das políticas públicas.

Outro ator que apresenta notoriedade dentro do sistema carcerário é o corpo sindical. Mesmo tendo noção que os cidadãos a cargo do sistema penitenciário não apresentam os mesmos direitos que um trabalhador livre, ainda há os equivalentes, como o de representação trabalhista.

O ENCOPE, como ente intermediador de laborterapia via capacitações e oficinas de trabalho, ele também apresenta deveres a serem cumpridos, como os de possibilitar ambientes e remunerações a altura dos serviços prestados. Neste ponto então que entra o poder sindical, uma vez que se torna necessário um ator que representa essa população e assegure seus direitos.

Os internos que trabalham têm o direito de “associar-se para fins úteis” [...] a uma organização sindical livre e democrática; celebrar por meio de entidades profissionais acordos coletivos de trabalho, recorrer à conciliação e arbitragem; exercer o direito de greve; nomear representantes sindicais que gozem das garantias necessárias para o cumprimento de sua gestão sindical e aquelas relacionadas à estabilidade do emprego (PORTA, 20--, p. 74, tradução nossa)

O trecho acima da autora Elsa Porta traz um resumo do que é defendido pela Constituição nacional argentina e posta para o ente seguir. Assim, no campo normativo não há restrições quanto a participação em grêmios trabalhistas. Logo, a massa carcerária ganha um poder a mais: a chance de negociação dentro e fora dos presídios. Graças a essa representatividade que debates quanto o horário e remuneração puderam ganhar espaço.

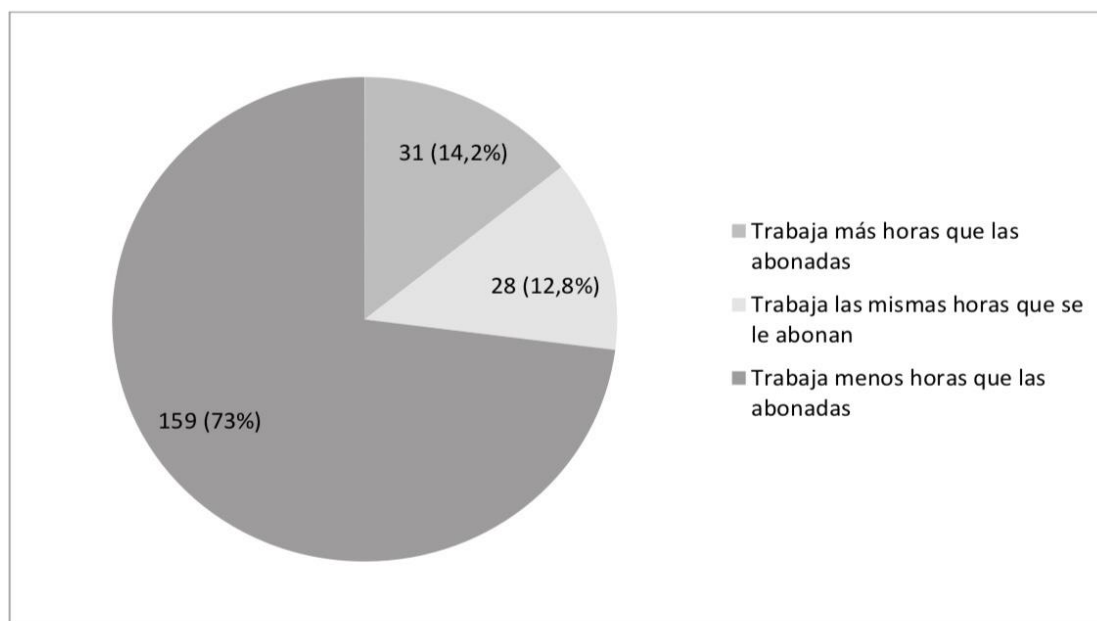
¹⁴ Integrante, interessado.

3.5 DISCUSSÃO

Como foi visto, a parte teórica-normativa do ENCOPE apresenta diversos ganhos para o sistema penal em geral: cursos educacionais, qualificação técnica, remuneração, redução de pena, poder sindicalista, entre outros. Contudo, é necessário verificar a perspectiva real do contexto.

Primeiramente, a discussão inicial presente no contexto argentino trata sobre a questão da similaridade do trabalho com a escravidão. Uma das maiores queixas quanto a política pública trabalhista prisional argentina consiste na falta de padronização dentro do sistema, sobrecarregando as pessoas que fazem parte dele como inscrito. O primeiro ponto consiste na volatilidade de horas trabalhadas:

Gráfico 1 - Comparação entre horas trabalhadas e horas abonadas por trabalho em porcentagem



¹⁵**Fonte:** Caderno ppn, El Derecho al Trabajo em las Prisiones Federales Argentinas¹⁶

A fala a seguir pertence a um apenado que participa das oficinas disponibilizadas para unidade prisional: “As vezes dois ou três dias seguidos, há

¹⁵ Trabalha mais horas que as bonificadas; trabalha a mesma quantidade de hora trabalhada e bonificada; trabalha menos horas que as bonificadas.

¹⁶ ARGENTINA. Procuración Penitenciaria de la Nación. Cuadernos ppn, **El Derecho al Trabajo em las Prisiones Federales Argentinas**, Buenos Aires, 2017.

vezes que não nos chamam pois há mais gente agendado. Não é um horário fixo. As vezes sai de manhã e as vezes a tarde (ARGENTINA, 2017, p. 54, tradução nossa).

Como demonstrado, a grande maioria dos casos estudados apresenta algum problema quanto as horas trabalhadas em relação a remuneração. A primeira situação seria o qual eles exercem mais tempo de ofício do que a própria concessão de abonos, ou seja, trabalham de forma gratuita. Já a segunda opção seria a situação o qual não há horários ou vagas disponíveis, o que proporciona a redução de trabalho e consequentemente do abono do presidiário. Como dito pela Procuradoria Penitenciária Argentina (2017), essas irregularidades são dadas por falta de compromisso das administrações penitenciárias de controlarem as folhas de ponto. Logo, é notório a participação do Estado como organização empregadora, assim como também é a falta de monitoramento pela mesma, sendo esse um dos deveres tanto do ENCOPE, quanto da própria administração prisional.

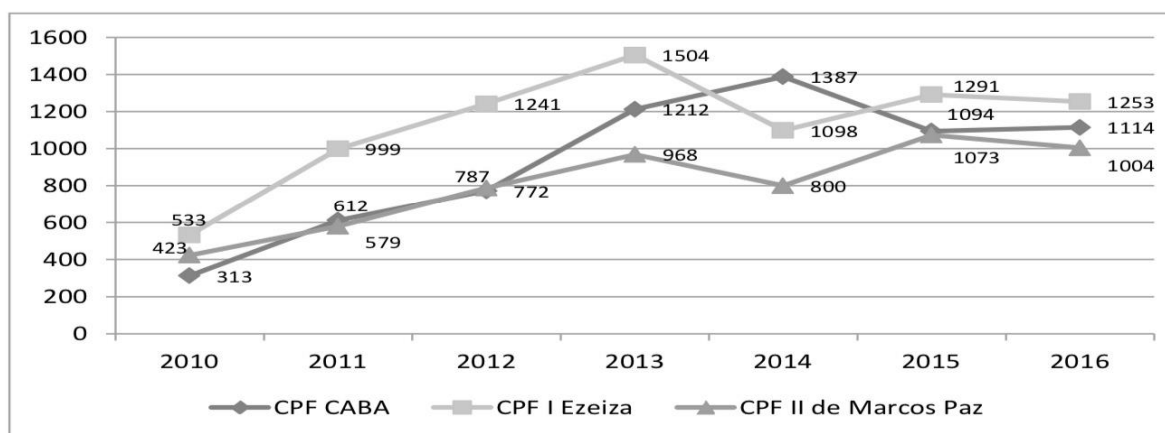
Além da falta de proporcionalidade entre horas trabalhadas em relação à remuneração, há limitações quanto ao seu uso. Primeiramente, o apenado ao exercer funções dentro de oficinas ou trabalhos próprios do sistema penitenciário, fica instaurado a possibilidade de poupança, que mais tarde será liberada em sua libertação, ou será dado a sua família.

Contudo, a principal crítica consiste na desproporcionalidade dessa remuneração quanto ao salário mínimo do meio livre como também o acordado (34,05 pesos por hora trabalhada contra). Em sua grande maioria, como estipulado pela autora Elsa Porta (20--), recebem somente entre 20 a 25 pesos diariamente.

A justificativa dada pela administração pública, via ENCOPE consiste em:

O produto do trabalho será aplicado em primeiro lugar para compensar as despesas causadas no estabelecimento; segundo, satisfazer a responsabilidade civil; e terceiro, fornecer ajuda aos condenados e treiná-los com economias, cujo fundo será distribuído após a sentença ser cumprida. (Argentina, p.23, 2017, tradução nossa).
O representante da Unidade Prisional disse que (...) trabalho durante o confinamento tinha propósitos pedagógicos, não pecuniários.” (ARGENTINA, p. 24, 2017, tradução nossa).

Logo, denota-se um embate no qual o Estado argentino defende que a finalidade maior do ENCOPE e seu sistema qualificativo é reinserir socialmente via educação. De outro lado, se tem o sindicato e os próprios apenados a favor de remuneração mantida dentro dos padrões do mercado de trabalho, que fugiria do principal estabelecido pelo ente.

GRÁFICO 2: evolução anual de trabalhadores por unidades

Fonte: Caderno ppn, El Derecho al Trabajo em las Prisiones Federales Argentinas¹⁷

Outro ponto interessante a se ressaltar consiste no valor que o ente financiador argentino apresenta dentro das políticas públicas. A partir do momento o qual o ENCOPE passa a disponibilizar maiores fundos para a elaboração de oficinas e/ou cursos - no ano de 2011 foi pago mais de 7 milhões de pesos mensalmente, enquanto no ano de 2016 foi dado aproximadamente 40 milhões - a evolução da participação também cresceu. Demonstra-se assim a relação de causa e efeito que a partir do momento que disponibilizar mais orçamento, há como contratar mais empresas, e assim abrir mais vagas para apenados.

De certa forma, fica subtendido que a partir do momento o qual o governo investe no setor de reinserção, como no caso via educação, há interesse dos apenados. Contudo, o maior empecilho para tal tema consiste nos preconceitos gerados tanto pelo sistema punitivo quanto pelo populismo penal. Tais conceitos tratam de forma negativa políticas públicas similares ao ENCOPE, o que gera dentro do Estado, tanto na sociedade civil e administração pública, desinteresse com o sistema penitenciário.

¹⁷ ARGENTINA. Procuración Penitenciaria de la Nación. Cuadernos ppn, **El Derecho al Trabajo em las Prisiones Federales Argentinas**, Buenos Aires, 2017

3.6 TRABALHO DESATUALIZADO

Cabe ressaltar que a partir do momento que o Estado, por meio do ENCOPE, define como sua tarefa arranjar qualificação e serviços trabalhistas, também fica pré-estabelecido a ele a necessidade de propor tarefas úteis, como rege a lei nº 24.660, artigo nº 114 da Constituição argentina. Neste artigo especificamente fica instaurado que o trabalho disponibilizado deverá seguir as condições pessoais do interno e também das possibilidades futuras.

Contudo, assim como expresso por Elsa Porta (20--), ainda há administrações prisionais as quais disponibilizam serviços que já não são utilizados no mercado atual. Um exemplo levantado pela autora consiste em oficinas de impressão o qual se usa prensas com técnicas à base de pena, enquanto na realidade atual já se há impressoras digitais.

Logo, fica perceptível como todos atores, tanto o Ente Cooperativo, como as administrações prisionais, apresenta capacidade e meios de realizarem uma boa reinserção a base de educação trabalhista. Contudo, a falta de valorização dada aos mecanismos educacionais acaba por gastar o fundo disponibilizado em ações que não realizarão o real objetivo de qualificar, por ser desconexo ao contexto da atualidade. Se pode compreender então a reminiscência em certos setores governamentais e administradores públicos de não produzirem instrumentos bons para a ressocialização, e consequentemente desvirtuando objetivo principal do ENCOPE. De certa forma, vai ao encontro do que já foi relatado sobre o atraso via sistema punitivo de repressão prisional.

4 FOMENTO DE QUALIFICAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL – PRONATEC E PROCAP

No contexto brasileiro, seguindo os mesmos objetivos de políticas públicas de educação trabalhista prisional e fomento ao trabalho, apresentam-se dois instrumentos principais: PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; e PROCAP - Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes.

Ambas as políticas são formuladas com intuito de melhorar a capacidade técnica da população brasileira de forma geral, ou seja, não são instrumentos totalmente focados para o sistema carcerário. Desta maneira, elas apresentam objetivos secundários os quais atendem as pessoas que perderam o direito de ir e vir. Assim sendo, a primeira característica desse contexto no Brasil consiste em políticas amplas que se ramificam para o contexto dos cidadãos presos.

O PRONATEC é a política pública nacional que apresenta um marco para a capacitação técnica, via bolsas e cursos oferecidos pelo Estado. Sua formulação baseou-se a partir de uma demanda crescente que ocorreu principalmente no período de transição do século XX para o XXI, no qual o país passou a apresentar grande desenvolvimento econômico. Em consequência ao mercado em evolução, houve a necessidade de mão de obra qualificada, e a resposta governamental a isso, tendo noção de sua força promotora de geração de renda e proteção social, foi a criação do Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (SÁ, 2016, p. 14).

O Programa então surgiu em 2011 pelo Governo Federal perante a Lei nº 12.513, o qual estabelecia, a mando do Ministério da Educação, o controle de tal instrumento. Assim, a partir do comando do MEC, todos os projetos e ações são postas com parcerias de institutos federais ou privados. No caso do sistema prisional, ainda entra como participante o DEPEN, Ministério da Justiça e as administrações carcerárias. Cabe ressaltar que tanto as pessoas de regime fechado, semiaberto e livres podem cursar o programa.

No caso do PROCAP ele foi instaurado a partir da idealização do DEPEN, o qual buscou-se a fomentação de oficinas de capacitação para o regime fechado. A partir de então, em conjunto com as secretarias de segurança de cada estado da federação, é distribuído verba do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) para tal função trabalhista. Assim, prioritariamente o DEPEN se responsabiliza na questão orçamentária, enquanto cada Secretaria de Administração Prisional fica a cargo de produzir e gerir tais financiamentos (MATOS, 2018, p.48).

4.1 CURSOS E OFICINAS

Dentro do PROCAP, cada oficina fica como responsável das respectivas administrações dos estados, o que torna a padronização incerta mesmo com os tipos de cursos já pré-estabelecidos pelo DEPEN, uma vez que cada secretaria apresenta contexto relativo. Contudo, a implementação de projetos se dá necessariamente após as seguintes etapas: diagnósticos das instituições interessadas; análise preliminar e aprovação das propostas; implementação. (MATOS, 2018, p.52)

A partir de então, as oficinas devem obrigatoriamente seguir o tipo de qualificação descrito a seguir: construção civil; marcenaria; serralheria; corte e costura industrial; panificação e confeitaria; manutenção de equipamentos de informática; fabricação de fralda. Para serem aprovados os projetos de oficinas, o FUNPEN necessariamente requisita que siga alguma das tipologias acima.

Vale ressaltar que o PROCAP foi instaurado desde seu início tendo como meta atender os presos do regime fechado. Assim, suas oficinas de capacitação obrigatoriamente são no ambiente de cada unidade, uma vez que os participantes são proibidos de saírem da instituição.

FIGURA 3 - Aula inaugural PRONATEC no Distrito Federal

Fonte: sítio eletrônico da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal¹⁸

Já o PRONATEC, como demonstrado na foto acima, é o programa reservado para cursos preparatórios, ou seja, não tem nenhum objetivo remunerativo. Como expresso pelo próprio programa, a vertente prisional se aloca no “PRONATEC social”: sua missão consiste em articular a inserção social e garantir a cidadania de grupos marginalizados.

Em sua fase inicial, o PRONATEC não foi definido para a ampla população carcerária. Era estipulado atender somente pessoas do regime aberto, semiaberto e egressos, além de que todas as aulas seriam dadas fora das unidades prisionais. Em contrapartida, a partir da segunda etapa realizada em 2014, os cursos já seriam realizados com atendimento dentro das unidades como forma de possibilitar vagas para o regime fechado

Assim, o PRONATEC prisional consiste na modalidade de curso exclusivos, uma vez que são restritos ao contexto do cárcere. Contudo, o programa apresenta variados tipos de curso para o público externo, enquanto para a população prisional só é permitida a modalidade de Formação Inicial e Continuada – FIC. A tipologia FIC é uma exigência do governo Federal quanto ao aprendizado proposto aos apenados, já que este tipo oferecido tem uma duração mínima de 160 horas e máxima de 600 horas, porém o foco consiste em sua baixa especialidade. Logo, por serem de baixa

¹⁸ BRASIL, Subsecretaria do Sistema penitenciário do Distrito Federal. **Cursos do Pronatec são oferecidos para sistema penitenciário do DF.** Disponível em :

especialidade, é possível trazê-los para o ambiente mal estruturado do sistema prisional mais facilmente. Além disso, Gobbi e Moreira (2015) afirmam que essa é uma medida usual do programa para atender de forma emergencial um maior número de pessoas e capacitá-las.

Vale ressaltar que diferentemente do modo FIC, há curso de nível médio que demanda mais horas para a sua finalização – mínimo de 800 horas, além de apresentar estágio supervisionado. Portando percebe-se a utilização de cursos de menor qualificação para o ambiente entre muros tanto pelo fato de não haver uma boa estrutura, quanto pela demanda do programa por qualificar mais pessoas de forma simples.

4.2 REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Quanto a remuneração a LEP prevê a possibilidade de ganho salarial, contudo a base de restrições. Em caso de trabalho externo, o pagamento fica a responsabilidade do contratante, enquanto no ambiente interno, não necessariamente haverá a possibilidade. A partir do momento que houver trabalho dentro apenado, porém recluso no cárcere, a remuneração só ocorre caso tenha entidade autônoma no controle da produção. Ou seja, exercícios realizados pela própria administração penitenciária não são obrigatoriamente de cunho salarial, como dito no Artigo nº 32.

Das possibilidades de trabalho presentes para os apenados, nota-se que sua grande maioria é dada pela própria administração como serviços gerais das edificações. Como demonstrado pela pesquisa de Franco de Matos (2018), no trabalho prisional apresenta 7.211 pessoas do regime fechado inseridas em atividades laborais remuneradas pelo poder público, enquanto no semiaberto 5.817, e 2.142 em prisão provisória. De forma comparativa, ainda é um número pequeno quando comparado a massa carcerária brasileira de 726 mil pessoas.

Assim, ao trazer para o contexto do PROCAP, os serviços laborais não necessariamente trazem ganhos financeiros para seus participantes, pois como dito na nota técnica nº 28 do DEPEN, o programa busca trazer estrutura e possível

inclusão do indivíduo por meio de capacitação e/ou mercado de trabalho. Logo, dependerá de como cada curso é realizado, uma vez que as vagas e seus benefícios são propostos de acordo com as disponibilidades de cada presídio.

Contudo, vale ressaltar outro tipo de benefícios proposto aos encarcerados: remissão de pena por trabalho. Por meio dos cursos PRONATEC, tanto quanto PROCAP possibilitam a redução de um dia da pena por cada 12 horas de estudo, e em caso de conclusão de curso, fica a possibilidade de remoção de mais 1/3 do total já retirado durante seu curso.

A priorização do ensino e remissão de pena em detrimento da valorização demonstra o sentido que ambos os programas apresentam em prevenir a reincidência criminal e apoiar a reinserção do apenado à sociedade, e não de um objetivo meramente remuneratório. Assim a empregabilidade não necessariamente é o objetivo maior, mas sim o instrumento/caminho para tal.

4.3 DISCUSSOES E DADOS

Para o contexto brasileiro, percebe-se a evolução de políticas públicas penais, principalmente pela atenção dada via marco normativa de garantir uma quebra do ciclo de reincidência criminal. Contudo, mesmo com todo amparo legislativo e administrativo, e por ser um tema difícil de se tratar socialmente, ainda há obstáculos para tais instrumentos prisionais de educação. O preconceito advindo do ideal punitivo e populista penal ainda se mantêm ao redor destes mecanismos como PROCAP e PRONATEC.

A primeira dificuldade surge da atitude da administração pública. Como dito por Franco de Matos (2018), algumas unidades federativas apresentam obstáculos ao tentar projetar programas do PROCAP, uma vez que há burocracia até na aquisição de bens e serviços para a criação de uma oficina prisional.

De acordo com o que já foi passado, mostra-se que ainda se mantêm a herança da cultura punitiva o qual barra possibilidades de melhorias para as pessoas em cárcere. A discussão sobre o ambiente penal é percebida como um ponto negativo tanto para a gestão social, quanto para apoio político.

O principal óbice à implantação do trabalho em regime fechado não decorre da total indiferença dos formuladores de políticas penitenciárias, mas

envolve a decisão governamental e a iniciativa de cada Estado na efetivação de projetos. (MACHADO, SLONIAK, 2015, p.197)

Como no trecho acima retirado da revista de direito de 2015, a falta de apoio às políticas públicas penais principalmente de cunho sociais ou qualificação, como no caso do PRONATEC e PROCAP, são prejudicadas pelo conceito de populismo penal. Fazer metas de cunho social para a população intramuros não consiste na visão de todos governantes ou representantes da máquina pública.

Em temos de construção da política penitenciária... Embora haja um consenso sobre a necessidade de disponibilizar educação e o trabalho em presídios... de propiciar a possibilidade de cárceres menos desumanizados... O investimento nisso é muito baixo... o investimento é muito baixo nessa iniciativa... A perspectiva de trabalho no ambiente prisional é uma perspectiva de humanização... da possibilidade da pessoa ter acesso ao exercício de uma atividade... que faz bem a pessoa [do preso] enquanto ser humano... se nós retiramos também isso da pessoa [do preso] ... nós estamos cada vez mais retirando espaços de humanidade e de dignidade dessa pessoa... (Gestor 5) (MACHADO, SLONIAK, 2015, p.200)

Essa fala retirada da revista consiste numa das entrevistas realizadas com gestores do sistema prisional. Em conjunto com as demais informações, conclui-se que há propostas, projetos e fundos disponibilizados aos serviços de melhoria tanto do sistema quanto ao próprio apenado, contudo, a falta de atitude dentro da própria máquina estadual impede a eficiência dos serviços.

5 ANÁLISE COMPARATIVA

Foucault (2014) formulou em sua obra “Vigiar e Punir” diversos fundamentos relativos às penalidades dadas aos delitos cometidos pelos indivíduos. Entre seus conceitos principais, o autor levanta tais princípios: Regra do efeito lateral, regra da idealidade suficiente, regra da quantidade mínima. De forma resumida, tais regras definem o uso do medo como maneira de propor maiores desvantagens para o indivíduo, do que a própria vantagem que se busca pelo crime realizado. É baseado nesta crença que se formula o sistema punitivo: propor punições maiores do que o delito cometido pela pessoa.

Contudo, como demonstrado tanto por Foucault (2014), quanto por Koerner (2001), que especificou o sistema punitivo das casas de correções, essa metodologia penal é arcaica. Sua origem e seu uso advêm da Europa em meados do século XVIII, quando a elite soberana impusera poder por meio da repressão e não se importava com o interesse social.

Como primeiro ponto, percebe-se que a finalidade primordial dos programas brasileiros (PRONATEC e PROCAP) e do ente argentino (ENCOPE) é a quebra com essa herança punitiva. Ambas políticas públicas trazem em seu cerne a preocupação com a sociedade que de alguma forma considerou no crime vantagens para sobreviver. Fica nítido então que as Regra de Mandela (ONU), e todo aparato ao redor dos direitos humanos, por exemplo, a corte interamericana de direitos humanos, surgiram efeitos quanta às suas demandas e pressões. O referido documento das Nações Unidas defende que cada país deve propor oportunidades (regra 96), além de garantir espaço e infraestrutura para tal (regra 101).

A partir de então, deveres e possibilidades melhores são aos poucos criadas para a massa carcerária, que recebem benefícios ao agirem a favor de sua reinserção social. O ENCOPE, por exemplo, formulou como meio de favorecer o indivíduo por três maneiras: qualificação, remissão e remuneração. Ao buscar oficinas e cursos preparatórios ao mercado, a instituição demonstra uma das ações do Estado argentino a favor da mudança do sistema penal, além de seu próprio cidadão.

Enquanto isso, no contexto brasileiro as políticas públicas responsáveis por qualificarem e proporcionarem são duas, que não necessariamente são organizadas

pelo mesmo ator. No caso, o PRONATEC realiza a função de qualificação propriamente dita, enquanto o PROCAP o de gerar qualificação via trabalho nas oficinas em si. Respectivamente, o primeiro programa é comandado pelo MEC em conjunto com o MJ, enquanto o PROCAP pelo DEPEN. Porém, de forma conjunta essas políticas dispõem o mesmo serviço proposto pelo ente argentino: remissão de pena, qualificação e trabalho remunerativo.

Percebe-se um pouco da metodologia britânica trabalhistas do séc. XVII que defendia a utilização de trabalho como forma de ocupar o apenado (KOERNER, 2001, p.4). Eles tinham como defesa que ao manter a pessoa ocupada fisicamente pelo desgaste do trabalho repetitivo, e mentalmente pelo isolamento, a pena tendia a mudar a consciência do indivíduo (FOUCAULT, 2014, p. 55). Contudo, tal ideal é desconstruído nas políticas estudadas. Outras maneiras de se perceber a quebra do ideal de trabalho como punição é a presença de benefícios.

Como dito anteriormente, ambos países possuem ganhos para os prisioneiros que participam dos respectivos programas. O primeiro a ser levantado consiste no salário. De acordo com ambos os marcos jurídicos, os dois países preveem a capacidade de o preso trabalhar em busca de salário. No Brasil é definida por meio da LEP, especificamente no Capítulo III, enquanto na Argentina fica embasada por meio da *“Ley Penitenciaria Nacional”*, Capítulo VI. Ambas são leis generalistas quanto a temática, ou seja, não são pensadas de acordo com os programas, mas sim sobre o contexto trabalhista. Partindo desse pressuposto, as políticas públicas de cada país não podem restringir o uso remunerativo como ganho, mas nenhum deles o prega como objetivo principal. Por esse e outros motivos que surge desinteresse dos próprios presos quanto as oficinas disponibilizadas, como demonstrado pelo movimento sindicalista argentino.

Diferentemente do Brasil, que não apresenta contexto histórico de massa carcerária trabalhista, a Argentina já apresenta costume de oficinas para o sistema carcerário. Tal fato possibilitou que houvesse uma melhora significativa em questão de atores: sindicato de trabalho prisional. Como forma de proteção, o sindicato de presidiários surgiu como um novo ente no cerne prisional, e quando se trata de remuneração, é um dos atores principais que defende a remuneração dentro do ENCOPE. Quanto ao Brasil, não há uma instituição similar à da argentina, o que torna a discussão prisional mais parcial, além de dificultar o acesso à informação e defesa dos apenados brasileiros, que dependem de atores informais ou de pouco

peso administrativo. Os Conselhos das Comunidades, entes religiosos e apoio familiar são, em sua grande maioria, os atores de defesa da massa carcerária, e não apresentam como objetivo a questão qualificativa das pessoas nem o mesmo o peso de um sindicato no assunto.

Segundo Gomes (2014), “quanto mais falido o sistema penal, mais a necessidade temos de legislar (para criarmos ou renovarmos nossa identidade distanciada dos criminosos)”. De certa forma, a falta de participação e desenvoltura administrativa para representar o interesse da população intramuros pode ser entendida pelo trecho de Gomes (2016). O desinteresse de reinserir em detrimento do anseio de punir propõe que o ideal é manter a carcerária como melhor forma de penalidade. Como afirma Raúl Zaffaroni (2017), quem não percebe que a emergência da situação atual do sistema prisional é o pior obstáculo, seja pela sociedade civil quanto a administração pública. Logo, por meio desta visão a Argentina sai a frente pelo simples fato de apresentar mais atores na arena política de trabalho e qualificação prisional, demonstrando o interesse neste assunto. Já quanto ao PRONATEC/PROCAP, é nítida a melhora da perspectiva prisional, porém, a falta de autossuficiência das políticas que integram os programas e de atuarem de forma secundária as políticas maiores, demonstra a intenção de não priorizar o tema. Como resultado, é possível comparar os maiores números de oficinas e trabalhos no contexto argentino do que no brasileiro.

Tanto a Argentina quanto o Brasil defendem que a capacitação técnica e prática da população carcerária servem como construção social, e não instrumento punitivo, como criado no contexto britânico. Tal fato também se justifica pela necessidade de mão de obra qualificada, em detrimento do número de pessoas desqualificadas dentro de presídios. Assim, como regra de causa e efeito, gerando capacitação para essa população, conseqüentemente propõe oportunidades no mercado trabalhista. Essa possibilidade de reinserção é diretamente relacionada aos proveitos de uma boa qualificação, assim como Scarfó e Pérez e Monsterrat (2013) definiram. Então, a aplicação dos programas brasileiros e do ente argentino é uma forma de estimular renda pós cumprimento de pena, e não necessariamente durante.

Contudo, há uma grande discussão dentro do tema: cursos de ofício desatualizados. A principal finalidade de propor serviços qualificativos é gerar conhecimento que possibilite renda para o indivíduo ao ser liberado da pena. Tanto

a política argentina quanto a brasileira recebem respectivamente estas críticas, por considerarem que os trabalhos disponibilizados, em sua maioria são de artesanato, produtos pouco rentáveis (sapataria) ou até mesmo não utilizáveis (exemplo de técnicas antigas de impressão). Como dito por Machado e Sloniak (2015), há dissonâncias entre o trabalho prisional e a realidade do mercado de trabalho em liberdade, como mostrado pelos cursos oferecidos. Tanto o ENCOPE quanto o PROCAP apresentam semelhanças ao que é argumentado. Na política argentina, por exemplo, o enfoque é a qualificação manufatureira, o qual são realizadas oficinas de marcenaria, construção civil, entre outros. O PROCAP, similarmente, também oferece em sua grande maioria serviços a base de serviços manufatureiros, como costura industrial e serralheria. Quanto ao PRONATEC, o programa se torna uma exceção por trazer capacitações diversas que são estabelecidas a partir do acordo entre as unidades federativas e os entes de educação (SENAC, SENAI). Em suma, Lodi (2006¹⁹ apud, GOBBI, MOREIRA, 2015) correlaciona a problemática como produto de construção coletiva, que necessita de articulação institucional em sintonia com a demanda de trabalho, caso contrário, não trará os resultados desejados.

Ao se pensar no conceito de populismo penal, é possível entender tal problemática com outra visão. A falta de estrutura é o maior empecilho para realização de cursos melhores, como computação, serviços de mecânica e/ou robótica. Além dos custos altos, há o temor de um uso violento dos instrumentos de trabalho, como por exemplo ferramentas. Porém, a atual situação é um resultado da desvalorização da área penal, que em poucos momentos apresenta políticas públicas para seu setor. Como dito por Gomes e Gazoto (2016), a maior parte do embasamento legislativo não proporciona a mudança da realidade, e sim estabilidade e ordem social, em detrimento da falência do sistema, como o exemplo de falta de estrutura.

A partir de todas informações levantadas, há um nítido avanço argentino em políticas penais. Primeiramente, por apresentar um organismo próprio para a temática, já podendo ser considerado um grande salto para as políticas de atendimento dos apenados. Vale lembrar também que de certa forma demonstra o

¹⁹ LODI, Lúcia Helena. **Ensino Médio integrado**: uma alternativa de educação inclusiva. In: Ensino Médio Integrado à educação profissional: Integrar para quê? Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica, 2006.

interesse estatal de atender As Regras de Mandela e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. Além disso, a tradição argentina de utilizar oficinas atuou de forma exemplar quanto a defesa desses direitos, tendo experiência do trabalho como forma de ressocialização.

Em suma, cada país obteve um resultado: em média a Argentina obteve 72 presos trabalhando a cada 100 no sistema penitenciário federal para o ano de 2015 (ARGENTINA, 2017), o que chega aproximadamente a 7.397,28 presos; enquanto no Brasil, apenas 2 a cada 10 (aproximadamente 115.794 pessoas) da massa carcerária realizava atividades laborais no ano de 2016 (MATOS, 2018, p. 50). Ou seja, as políticas públicas penais trabalhistas surgem como um ótimo viés de quebrar com a herança punitiva que reproduz mais a mentalidade de crimes dentro das unidades prisionais. Porém mostra como as políticas argentinas, como no caso do ENCOPE, surtiram mais efeito, de forma proporcional, do que o PRONATE/PROCAP.

Ao se contextualizar de forma ampla, o Brasil apresentava em 2016 o total de 726.712 presos em junho de 2016 (ORTE, 2019, não paginado), enquanto na Argentina apresentava um total de 72.693 pessoas em mesma situação (MOLINA, 2017, não paginado). Logo, é compreensível o Brasil apresentar maiores dificuldades dentro do seu sistema por causa de seu tamanho populacional e territorial. Contudo, como demonstrado pelo relatório da ONU de 2018, a Argentina ainda apresenta diversas unidades prisionais com problemas sérios, mesmo com a melhora prisional ocorrida em 2015. Ou seja, mesmo com avanços proporcionados por investimentos dentro do sistema prisional como forma de mudanças no sistema penitenciário, que no caso estudado consiste no ENCOPE e seus resultados, ainda há resquícios de uma má gestão e preconceito quanto a temática. Já no contexto brasileiro, as políticas penais seguem a passos curtos, como exemplificado pelo PRONATEC e PROCAP: Mesmo com o DEPEN como órgão específico ao sistema penitenciários, os programas estipulados aos encarcerados geralmente advêm de outras organizações estatais, como o ministério da educação, sem ter um ente específico para tal função como no caso argentino.

Abaixo segue a tabela resumo sobre os principais pontos das comparações e dados gerais.

Quadro 1 - Tabela resumo dos pontos levantados

| Tópicos | ARGENTINA | BRASIL |
|--|---|---|
| REMUNERAÇÃO | 14% de desconto, sendo 34,05 pesos/hora em relação ao salário mínimo. Não obrigatório no trabalho oferecido pelo encope | Mínimo de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, por causa do desconto governamental. Não é obrigatório nos programas |
| EXPERIÊNCIA HISTÓRICA COM POLÍTICA DE TRABALHO PRISIONAL | Cárcere de Ushuaia (1910) e Buenos Aires(1877) | Casa de Correções |
| APOIO SINDICAL | Presente, como no caso de discussão de salário mínimo | Ausente. Normalmente atendidos por ONGs ou entes dos Direitos Humanos. |
| ATORES COORDENADORES/FUNDADORES | ENCOPE | DEPEN, MEC, MJ |
| CRÍTICAS AS POLÍTICAS | Desproporcionalidade salarial, oficinas desatualizadas, casos de falta de estrutura | Burocracia, falta de estrutura na maioria das unidades, poucas vagas, ofícios desatualizados |

Fonte: realização própria.

Quadro 2 - Dados gerais dos sistemas prisionais da Argentina e do Brasil

| Dados | BRASIL | ARGENTINA |
|------------------------------|-----------------|------------------|
| População carcerária em 2016 | 726.712 pessoas | 76.261 pessoas |
| População carcerária em 2015 | 622.202 pessoas | 72.693 pessoas |

| | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| Ranking mundial de massa carcerária em 2016 | 3º lugar | 7º lugar |
| Custo mensal por presos em 2003 | 206.1 US\$ | 240.8 US\$ |
| Presos por 100 mil habitantes em 2016 | 289 presos/ 100 mil habitantes | 155 presos/ 100 mil habitantes |
| Presos por 100 mil habitantes em 2019 | 348 presos/ 100 mil habitantes | 207 presos/ 100 mil habitantes |
| Ranking de presos por 100 mil habitantes em 2019 | 23º lugar | 66º lugar |

Fonte: Elaboração própria adaptada de World Prison Brief (20--), Molina (2017), Oliveira (2003), Verdélio (2017)

O quadro 2 traz as dimensões de ambos países quanto aos seus respectivos contextos prisionais. Como já inferido anteriormente, de forma total o Brasil apresenta maior amplitude que a Argentina, sendo uma diferença de 650.451 detentos, o que o torna um dos países com mais apenados no globo. Quanto a proporcionalidade entre presos e população, percebe-se a redução drástica quanto a diferença entre ambos países, o que se relaciona a problemática do encarceramento em massa na América Latina: falta de atitudes preventivas a crimes; criação de diversas penas; foco em punição em detrimento de ressocialização. Contudo, este problema pode ser tornar uma catástrofe maior quando se percebe o aumento gradativo constante e o valor gasto em cada pessoa aprisionada. Com os dados de 2003, percebe-se um número relativo alto para os cofres públicos e de forma parcialmente equivalentes: na faixa de 200 dólares.

A partir destes dados se ressalta a necessidade de políticas penais como as estudadas, PROCAP/ PRONATEC e ENCOPE. Há um empenho enorme estatal para um sistema que não apresenta soluções eficazes, uma vez que os gastos e o número de presos tendem a aumentar, enquanto o ideal é o contrário. De outro lado, se tem os conceitos estudados, que impulsionam a situação demonstrada a piorar.

Neste ponto fica compreensível o valor dos instrumentos internacionais e nacionais para o tema prisional. A regras de Mandela e todo o aparato para a

educação e qualificação não são meras regalias para apenados de bom comportamento ou baixa periculosidade. Eles consistem num meio possível do Estado proporcionar a redução do sistema prisional e possibilitar, por exemplo, investimentos maiores no sistema de educação público ou na melhora da ressocialização para apenados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o espraio do Direito Humanos, principalmente por causa da evolução da tecnologia de informação desde o fim do século XX, a decadência dos sistemas prisionais se tornou um assunto alarmante. A preocupação quanto a melhoria da infraestrutura e das vidas das pessoas pós prisão ganhou notoriedade, principalmente na América Latina.

Tal questão se relaciona diretamente pela cultura herdada pelo continente europeu principalmente na época de colonização. Durante o início da colonização, os respectivos Estados argentino e o brasileiro tiveram nas suas construções sociais prisões como forma de oprimir a classe pobre ou a sociedade escrava. Desta forma, na cultura de ambos os países se desenvolveu repúdio e apelo pelo castigo e maus tratos a quem for preso após cometer crimes, independente da causa e efeito do delito.

Como consequência, o preconceito formado contra a massa carcerária tornou mais retrógrada a formulação de políticas públicas ou apoio a estas pessoas, que passam dificuldades quando se trata de reinserção social ou reintrodução no mercado. Um grande exemplo consiste no populismo penal, que de uma forma ou de outra formula empecilhos para políticas públicas como o ENCOPE e ou os programas brasileiros (PRONATEC E PROCAP). Dentre esses obstáculos citados se tem a burocracia e a escassez de investimento em políticas penais, enquanto na formulação de penas há fulgor.

De forma teórica, tanto o ENCOPE quanto os programas PROCAP E PRONATEC apresentam como objetivo em comum ir contra esse movimento punitivo, uma vez que ambas políticas identificam utilidades em qualificação intramuros. O atendimento aos Direitos Humanos, e no caso as Regras Mínimas de Tratamento Prisional, são instaurados no cerne de ambas políticas, porém na prática é percebido o contrário.

Contudo, é notório que a Argentina aparenta ter mais avanços que o Brasil quanto a sua política penal de qualificação, independente dos dois países apresentarem os mesmos obstáculos (populismo e sistema punitivo). Provavelmente advêm de seu histórico de uso de oficinas no ambiente prisional como forma de

atender a massa carcerária, que proporcionou ao Estado menos obstáculos para a execução do ENCOPE.

Em contrapartida no contexto brasileiro ainda se mantém a visão negativa quanto às políticas penais. Houve uma melhora dentro deste campo de políticas, contudo não é proporcional a atual situação carcerária e seus respectivos problemas. Ambos programas demonstram um interesse inicial em investir por esta razão, porém também demonstra que os empecilhos ainda são difíceis de serem quebrados.

Logo, por meio deste estudo conclui-se claramente que em ambos os países as políticas públicas penais em geral apresentam obstáculos usuais, sendo eles advindos de um preconceito em seus projetos. A renegação de todos os benefícios que as políticas de qualificação possam trazer, como reinserção no mercado de trabalho e possível redução de reincidência criminal são mascarados para a sociedade via populismo penal.

Infelizmente, tais desafios ainda atrasam muito programas como PRONATEC, PROCAP e a instituição ENCOPE. Contudo, a Argentina soube lidar melhor ao descentralizar a função educativa prisional. Falta ao Brasil ter o mesmo ímpeto de focalizar e tratar do tema de forma específica, como foi feito na Argentina ao se criar o ENCOPE. Os programas aqui instaurados atendem perfeitamente como um começo, contudo, não se pode estagnar em políticas pública ramificadas de outras como forma de solução, ainda mais na situação prisional atual. Enquanto não houver o entendimento da importância de se investir no sistema educacional público como forma de prevenção ao crime, ou em políticas públicas e atores próprios para a educação prisional, a tendência será a piora nas unidades penitenciárias. A Argentina não é o melhor exemplo de país quanto as Regras Mínimas de Tratamento Prisional, mas já estão avançados em relação ao Brasil.

Por fim, cabe enaltecer tal trecho de Foucault (2014) em relação as políticas estudadas:

Onde se faz a diferença, é no procedimento de acesso ao indivíduo, na maneira como o poder punitivo se apossa dele, nos instrumentos que utiliza para realizar essa transformação; é na tecnologia da pena, não em seu fundamento teórico; na relação que ela estabelece no corpo e na alma, e não na maneira como ela se insere no interior do sistema do direito.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Procuración Penitenciaria de la Nación. Cuadernos ppn, **El Derecho al Trabajo em las Prisiones Federales Argentinas**, Buenos Aires, 2017.

AZEVEDO. R.G. Criminalidade e Justiça Penal na América Latina. **Revista de Sociologia**. n.13, p. 212- 241, jan/jun 2005.

AZEVEDO. G.A. **Tendências do Controle Penal na Época Contemporânea Reformas Penais no Brasil e na Argentina**. S.l: São Paulo em Perspectiva, p. 39-48, 2004

BASTOS, P. B.; REBOUÇAS, G. M.; Regras de Mandela: Um estudo das condições de encarceramento no Brasil segundo a resolução da ONU. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 146 – 162, jul. /dez. 2018.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional. **Educação no sistema prisional**. [2015?]. 22 slides. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/arquivos/seminario-educacao-no-sistema-prisional>>. Acesso em: 24 de nov. de 2019.

BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 63-84. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

BRASIL, Subsecretaria do Sistema penitenciário do Distrito Federal. **Cursos do Pronatec são oferecidos para sistema penitenciário do DF**. Disponível em :<<http://www.sesipe.ssp.df.gov.br/cursos-do-pronatec-sao-oferecidos-para-sistema-penitenciario-do-df/>>. Acesso em: 3 de out. de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Mandela**: regras mínimas das nações unidas para o tratamento de presos. Brasília, 2016.

DAUFEMBACK, V. **Questões sobre o contexto e a atuação dos Conselhos da Comunidade**: a experiência da Região Sul. In: Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade. Ministério da Justiça, 2000.

DAMASCENO, A. R. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, n. 39, p.74-78, out./dez. 2007.

ENTE DE COOPERACION TÉCNICA Y FINANCIERA. **Galería de fotos y vídeos: talleres**. Disponível em: <<http://www.encepe.gob.ar/talleres/>>. Acesso em 29 de ago. de 2019.

Fischer, R. M. **Poder e Cultura em Organizações Penitenciárias**. 1989. 216 f. Tese de Livre-Docência – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade de São Paulo.

Foucault, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010 (pag. 20).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Segunda parte: punição. (PP.70 a 130. Petrópolis: Vozes, 2014).

GOBBI, A.F.; MOREIRA, N. **Educação Profissional no Brasil: Programas Educacionais em Busca do Desenvolvimento Econômico e Social**, [S.l], cadernos da Fucamp, v.14, n.20, p.36-53, 2015.

Goldenberg, M. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, L. F.; GAZOTO, L. W. **Populismo penal legislativo**. A tragédia que não assusta as sociedades de massas. Parte 1: autoritarismo e democracia populista Salvador: Juspodivm, 2016.

HISTORIA. *In*: ARGENTINA (Buenos aires). Ente de Cooperación Técnica y Financiera. **Historia**. [S. l.]: [s. n.], 20---. Disponível em: <http://www.encope.gob.ar/nosotros/historia/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil**. 1651

JULIÃO, E. A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. **ESPEN**. Brasília, v. 24, n.86, p. 141-155, no.2011.

KOERNER, A. O impossível "panóptico tropical-escravista": práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 35, p. 211, jul. 2001

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**, 7a ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Número de Chamada: 001.8 L192f)

MATHEWS. R. **Um Guia Realista para a Reforma Prisional na América Latina**. S.l. 2011.

MATOS, F. Instrumento de Políticas Ativas para o Fomento do Trabalho Prisional no Brasil. **Interfaces científicas**, Aracaju, v.6, nº 3, p. 43 – 56, jun./ 2018.

MACHADO, B. A.; SLONIAK, M. A. Disciplina ou Ressocialização? Racionalidades Punitivas, Trabalho Prisional e Política Penitenciária. **Revista Direito GV**, v. 11, n.1, P.189 – 222, jan./jun. 2015.

MOLINA, F. R. El País: Argentina triplica número de presos, mas a sociedade exige mais rigor. Disponível

em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/16/internacional/1494951468_406639.html> . Acesso em: 22 de outubro de 2019.

NETO, P. N.; MOREIRA, T. A.; HARDT, C.; SCHUSSEL, Z. análise de políticas públicas: entre a modelagem e a realidade da política habitacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, p. 847- 868, jul./ago. 2015

O'DONNELL, G. Poliarquias e a (in)Efetividade da Lei na América Latina: Uma Conclusão Parcial. In MÉNDEZ, Juan, O'DONNELL, Guillermo e PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Democracia, Violência e Injustiça** – O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, E. Prisões e Crime Organizado na América Latina. **Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região**, v. 15, n. 8, p. 30 - 42, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas**, [S.I.]. Página de descrição. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>> Acesso em: 20 de nov. de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: **C029- Trabalho Forçado ou Obrigatório**, [S.I.]. Página de convenções. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235021/lang--pt/index.htm#banner>. Acesso em 22 de nov. de 2019.

ORTE, P. Agência Brasil: **América Latina volta a crescer liderada por Brasil e Argentina**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/america-latina-volta-crescer-liderada-por-brasil-e-argentina>>. Acesso em: 26 ago. de 2019.

PIRES, F. M.; PALASSI, M. P. O Trabalho sob a Ótica dos Presos. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIV, 2010, Rio de Janeiro. **Anais**: Rio de Janeiro, Anpad, 2010. P. 1-17.

PORTA, E. El trabajo intramuros de las personas privadas de la libertad. **Revista Derecho del Trabajo**, ano II, nº 5, p. 53- 92., [20--].

PRADO, R. Do trabalho do preso ao âmbito da lei de Execução Penal. **Canal Ciências Criminais**, [S.I.]. 2017. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/trabalho-presos-lei-execucao-penal/>> . Acesso em: 22 de nov. de 2019

PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. **The logic of comparative social inquiry**. New York: John Wiley & Sons Inc., 1970. apud revista do ceam

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social**. [S.I.]:Ridendo Castigat Mores, 2001.

SÁ, E. R. **Políticas Públicas de Educação Profissional: Uma Análise do Pronatec com alunos egressos da escola Senai “márcio bagueira leal”**. 131 P. Dissertação (mestrado em planejamento e análise de políticas públicas) faculdade de ciências humanas e sociais, UNESP, Franca, 2016.

SCARFÓ, F.; LALLI, F. P.; MONTSERRAT, I. Avances en la Normativa del Derecho a la Educación en Cárceles de la Argentina. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.38 , p.71-92, jan./mar. 2013.

TENBRUCK, F. Was war der Kulturvergleich, ehe es den Kulturvergleich gab? **Soziale Welt**, Göttingen, v. especial, n. 8, p. 13-35, 1992.

VERDÉLIO, A. Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. **Agência Brasil**, Brasília, não paginado, 8 dez. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 23 out. 2019.

ZAFFARONI, E. R. Raúl Zaffaroni, jurista argentino: “Função do Direito Penal é limitar o poder punitivo”. **CONJUR**, Rio de Janeiro, jul./2009. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/20anos/2017-ago-03/raul-zaffaroni-jurista-argentino-funcao-do-direito-penal-e-limi>>. Acesso em: 24 de nov. de 2019.

WELLER, W. Compreendendo a Operação Denominada Comparação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 921- 938, jul./ set. 2017

WORLD PRISON BRIEF. Highest to Lowest - Prison Population Rate. *In*: **Highest to Lowest - Prison Population Rate**. [S. l.]: [s. n.], 20--. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison_population_rate?field_region_taxonomy_tid=All#tabletop. Acesso em: 30 out. 2019.